



Ambasciata d'Italia

MAPUTO

MAFUTO, 21. 7. 1992

MESSAGE N° 392

FAX-FROM: AMBASCIATA D'ITALIA - MAPUTO

FAX- TO: Comunita' S. Egidio - Roma / D.G.A.P. - X

ATT: Don Matteo Zuppi / AMB. INCISA

OBJECT: Invio articoli DA "NOTICIAS DEL" 21. 7. 1992

REFERENCE: VS richiesta

GOVERNO E RENAMO RETOMAM DISCUSSÕES MILITARES

- Encontro de ontem em plenário contou com a presença dos mediadores e observadores oficiais

por Tomás Vieira Mário, da AIM

As negociações de paz moçambicanas em Roma prosseguiram ontem com uma sessão plenária envolvendo as delegações políticas do Governo e a da Renamo e os chefes das respectivas subdelegações militares, além dos mediadores e dos observadores oficiais dos Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Reino Unido e as Nações Unidas.

NUMERO DELLE PAGINE INCLUSA LA PRESENTE

TOTAL OF PAGES THIS ENCLOSED

IN CASO DI TRASMISSIONE IMPERFETTA O ILLEGGIBILE, PREGHIAMO CHIAMARE IL NUMERO TELEFONICO

IN CASE OF DISCONTINUED OR UNREADABLE TRANSMISSION, PLEASE CALL PHONE NUMBER

MAPUTO - 00258/1/492227-492229

ITALIAN EMBASSY MOZ. FAX N° 00258/1/492046

Na sessão, que se prolongou quase ininterruptamente por todo o dia, em S. Egidio, as partes retomaram, em pleno, a abordagem das questões militares, depois da paralisação da semana passada, motivada pelas discussões sobre a canalização da ajuda humanitária às populações afectadas pela seca em todo o território nacional.

O Governo e a Renamo estiveram a responder a um novo documento de propostas adiantado na semana passada pelos mediadores e pelos observadores, o qual, segundo fontes próximas ao processo, aborda em conjunto todas as alíneas integrantes do ponto relativo a questões militares.

Além da alínea relativa aos critérios de formação e comando conjunto do

futuro exército unificado, o ponto das questões militares prevê acordos sobre o futuro do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), o desmantelamento dos chamados exércitos irregulares e privados, e a despartidarização das forças policiais.

Todas as informações disponíveis apontam no sentido de ausência de progressos assinaláveis, em termos de entendimentos finais entre as partes e, segundo a fonte atrás referida, o Governo e a Renamo permanecem divididos em torno de questões de fundo, ligadas a qualquer das alíneas integrantes do ponto sobre matérias militares.

Em consequência disso, os mediadores e os observadores oficiais decidiram que as discussões deverão

continuar, desta vez em duas sessões separadas, mas contemporâneas.

Efectuada uma triagem que separe questões de natureza política daquelas de carácter puramente técnico-militar, as delegações dos dois lados vão manter discussões paralelas reunindo, por um lado, os respectivos negociadores políticos, e, por outro, os negociadores militares.

Dos comentários das partes envolvidas, tem transparecido um sentimento de algum cepticismo, que vem contrastar com as manifestações optimistas da fase inicial das discussões, em que participaram apenas as subdelegações militares dos dois lados, chefiadas respectivamente pelo Tenente-General Tobias Dai, comandante do Exército gover-

namental, e pelo Major-General Herminio Moraes, da Renamo.

Depois do anúncio de um encontro, para breve, entre o Presidente moçambicano Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, é de considerar que o processo esteja a atravessar uma fase de condicionamento psicológico entre todas as partes envolvidas no processo de S. Egidio.

O mediador D. Matteo Zuppi, de S. Egidio, tem, pelo contrário, uma teoria oposta, e afirma que a perspectiva deste encontro pode funcionar como um estímulo às delegações para se sentirem mutuamente confiantes e, assim, flexibilizarem as respectivas posições.

"Nas discussões de ontem não sentimos que as partes manifestassem reacções condicionadas pelo anúncio desse encontro. O que se passa é que o ponto das questões militares é extremamente sensível para qualquer dos lados, pois trata-se de avaliar o futuro de dois exércitos que se confrontaram fisicamente ao longo de tantos anos de guerra", disse o mediador católico italiano.

Ao comentar o aparente bloqueamento das discussões, em contraste com as indicações optimistas surgidas na primeira fase dos encontros apenas entre as subdelegações militares, D. Matteo Zuppi diria que "os militares estão a fazer um trabalho técnico, com o apoio de colegas dos países observadores e das Nações Unidas, uma fase negociada que acaba sempre por necessitar de um encaixe político". Quando o debate sobe a este nível, acrescentou D. Matteo, "aparecem sempre questões um pouco mais complexas".

Segundo ainda o mediador da comunidade católica de S. Egidio, "as partes têm mantido claras manifestações de boa vontade" e todas as dificuldades que surgirem teriam de ser analisadas à luz da "delicadeza de discussões destinadas a determinar o futuro e perfil de dois exércitos unificados, depois de muitos anos de guerra". — (AIM)

Carta pela paz endereçada a Chissano e Dhlakama

As soluções para os problemas decorrentes da guerra que afecta centenas de milhar de moçambicanos deverão ser encontradas no território nacional, indica uma carta aberta endereçada ao Presidente da República, Joaquim Chissano, e ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama, pela Organização Nacional dos Jornalistas, dos Músicos e dos Escritores Moçambicanos. A carta é datada de seis de Julho do corrente ano e foi subscrita pelos respectivos Secretários-Gerais.

Segundo o conteúdo da referida carta, a que o «Notícias» teve acesso, aquelas organizações sócio-profissionais da cultura e arte acreditam que Roma poderá produzir os mecanismos básicos para uma transição ordeira, mas não que possa fornecer todas as soluções de que o país precisa.

Para aquelas organizações, quer o Governo, quer a Renamo, como concurso de outras formações políticas, sociais, culturais e religiosas estarão na disponibilidade de prosseguir o debate já iniciado na tolerância e no respeito pelo pluralismo.

Preocupa-nos a penosa morosidade das conversações de Roma, cujo desfecho entendemos como o ponto de partida para a reconstrução do país, refere a dado passo a carta, que indica que a continuação da guerra só pode acrescer mais consequências àquelas que afectam cada um dos moçambicanos.

A continuação da guerra é indicada igualmente como podendo reverter-se negativamente no processo de democratização em curso, «porque a democracia precisa de bases sócio-económicas e políticas para engendrar a sua ética».

Aquelas organizações de cultura e arte expressaram igualmente o desejo de uma paz urgente, por considerarem que «amanhã poderá ser demasiado tarde».

Aos negociadores em Roma, é pedida maior flexibilidade e para que na mesa das conversações estejam em primeiro plano os interesses supremos do povo moçambicano e o seu direito à paz, tranquilidade e ao desenvolvimento.

«Gostaríamos, enquanto ainda é tempo, que as nossas canetas continuassem a jorrar tinta e não sangue, que as nossas guitarras continuassem a aceitar as belas melodias de amor e da vida produtiva nas fábricas e nos campos férteis do nosso país, que as nossas telas se não recusassem jamais a receber as cores vivas e alegres que sempre caracterizaram o nosso povo», refere a mensagem.

A carta refere ainda que devido à guerra, centenas de milhar de pessoas já morreram, mais de um milhão vive deslocada dos seus lugares de origem e dois terços vivem na mais absoluta miséria.

A estagnação económica, o crescente e extremo empobrecimento da maioria do povo, a erosão das instituições e do tecido social e a perspectiva de centenas de milhar de vítimas da severa seca que assola a África Austral, é tida na carta como o anúncio de um verdadeiro holocausto para o nosso país, e mais danos só podem ser evitados com a paz.

CICV alerta para grave seca em Moçambique

O delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Jean Daniel Tauxe, alertou no fim-de-semana para a grave seca que se vive em Moçambique e que vem agravar a situação no país, já debilitado com uma guerra que dura há mais de 15 anos.

Numa entrevista à Rádio RCBS (pertencente ao próprio CICV), Tauxe alertou também para a possibilidade de se poderem perder «na quase totalidade» as colheitas deste ano em várias regiões de Moçambique, nomeadamente a sul do Rio Zambeze.

Segundo o delegado do CICV, numa situação normal, sem seca, a ONU estimou serem necessárias cerca de 500 mil toneladas de alimentos para compensar a falta de comida.

«O CICV prevê assistir populações em regiões remotas que não são sequer controladas pelo Governo e, até à próxima colheita, esperamos poder distribuir cerca de 300 mil toneladas de alimentos», disse Tauxe, lembrando que em situação de seca a crise é dramaticamente agravada.

Segundo o delegado do CICV, as dificuldades que as organizações humanitárias encontram quando se deslocam no interior do país para assistir as populações afectadas são também um problema, devido, principalmente, à falta de segurança nas vias de comunicação.

Na quinta-feira passada, em Roma, na 11ª ronda de conversações para a paz em Moçambique, o Governo e a Renamo chegaram a um acordo que estabelece os princípios orientadores das operações de ajuda humanitária para socorrer as populações afectadas pela pior seca dos últimos 50 anos.

O documento, de oito pontos e várias alíneas, começa por consagrar o princípio básico de que a «ajuda será destinada a todos os moçambicanos afectados livremente e sem discriminação».

Nesse sentido, as partes garantem a livre circulação e o respeito «às pessoas e aos meios que, sob a bandeira das Nações Unidas ou do CICV», estejam empenhadas nesse esforço, quer nas zonas sob controlo militar da Renamo, quer no resto do país.

«Na prática esperamos obter tanto da Renamo como do Governo moçambicano as garantias que permitam a nossa deslocação com toda a segurança sobre os eixos rodoviários», disse Tauxe.